

Trajetórias de formação de indígenas professoras: educação (ões) e história (s) da Educação Escolar Indígena no Médio Xingu - Altamira, Pará

Training trajectories of indigenous women teachers: education(s) and history(ies) of indigenous school education in the Middle Xingu - Altamira, Pará

Marcia Pires Saraiva¹

Universidade Federal do Pará - UFPA
Altamira, PA, 68372 - 040, Brasil

Resumo: Este artigo faz um estudo sobre memórias de professoras indígenas do Médio Xingu. Enfoca as memórias de três professoras da etnia Juruna, centrando-se em seus processos de formação, histórias e vivências de escola. A pesquisa baseia-se em informações de fontes documentais e entrevistas, estabelecendo diálogo teórico-metodológico com autores como Bueno, Catani, Sousa e Souza (1993), que investigam relatos de formação intelectual articulando docência, memória e gênero, Nóvoa (1995), que estuda a profissão docente a partir de um processo identitário em que é impossível separar o eu profissional do eu pessoal. Infere-se que a heterogeneidade de processos trazidos pelas memórias das professoras Juruna pesquisadas compõem não somente suas histórias pessoais e profissionais, mas revelam também aspectos da história da educação escolar indígena onde atuam.

Palavras-chave: História da Educação; memórias de indígenas professoras; educação escolar indígena; Escola Korina Juruna.

Abstract: This article conducts a study on the memories of Indigenous women teachers from the Middle Xingu region. The research focuses on the memories of three Juruna women teachers, centering on their educational journeys, stories, and school experiences. The research is based on information from documentary sources and interviews, establishing a theoretical-methodological dialogue with authors such as Bueno, Catani, Sousa and Souza (1993), who investigate narratives of intellectual formation integrating teaching, memory, and gender; and Nóvoa (1995), who studies the teaching profession from an identity process in which it is impossible to separate the professional self from the personal self. It can be inferred that the heterogeneity of processes revealed through the memories of the researched Juruna teachers not only shapes their personal and professional histories but also unveils aspects of the history of Indigenous school education in which they operate.

Keywords: History of Education; memories of indigenous women teachers; indigenous school education; Korina Juruna School.

¹ Doutora em Educação pela Faculdade de Educação (FEUSP), na Universidade de São Paulo/USP; Professora na Universidade Federal do Pará/UFPA e Coordenadora do Laboratório de Pesquisa e Extensão com Camponeses e Povos Indígenas na Amazônia/LABCAMPI. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5045-5036>. E-mail: marcia@ufpa.br.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, p. 1-23, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.263702>

1. Introdução

Este artigo faz um estudo sobre a história da educação escolar indígena no Médio rio Xingu, a partir das memórias de indígenas professoras da etnia Juruna da Terra Indígena (TI) Paquiçamba, no Pará. A pesquisa enfoca três professoras que tiveram suas vivências de escola caracterizadas por diferentes processos de escolarização. Entende-se que esses processos escolares se encontram entrelaçados à própria história dos Juruna, marcada fortemente pela dispersão ao longo da Volta Grande do Xingu e, contemporaneamente, por uma maior fixação no interior de sua TI. Nesta área, a história do grupo envolve também complexas relações interétnicas das quais a compreensão da educação não pode se desvincular. Daí as memórias das indígenas professoras reunirem diferentes experiências escolares, revelando contextos em que a fundação da escola na aldeia Paquiçamba adquire relevo em suas formações, assim como o esforço pessoal, familiar e profissional para consolidação da escola em suas comunidades, uma vez que as políticas públicas de formação docente têm pouco alcance na área em que atuam.

Para Goodson (1995, p.75), o estudo sobre as vidas dos professores permite a intersecção da história de vida com a história da sociedade. Ainda segundo este autor essa perspectiva esclarece “as escolhas, as contingências e as opções que se deparam ao indivíduo”. Neste sentido, na visão desse autor, as vidas dos professores podem problematizar os estudos sobre a escolaridade e o currículo. Nesta direção, busca-se observar esse entrelaçamento das histórias das professoras com aspectos mais amplos da História da Educação Escolar Indígena no Médio Xingu.

A pesquisa se baseia em entrevistas, documentos oficiais referentes à educação escolar indígena e pesquisa bibliográfica sobre o tema. A escolha da etnia ocorreu devido à importância das mulheres Juruna como professoras nas escolas Juruna. Os nomes das indígenas professoras que participaram da pesquisa foram substituídos por designações fictícias no corpo do trabalho, de modo a preservar o anonimato das três docentes entrevistadas. Ana Alice Juruna, que iniciou os estudos com 12 anos, na Ilha da Fazenda, zona rural do município de Senador José Porfírio, indo depois para a cidade de Altamira. Sarah Juruna, que começou a estudar somente aos 22 anos na escola Korina Juruna, na TI Paquiçamba, e Rita Juruna, que também se alfabetizou na Ilha da Fazenda, mas, aos



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, p. 1-23, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.263702>

18 anos passou a residir na TI Paquiçamba, onde pode estudar de maneira informal, com professoras do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) que atuavam na escola Korina Juruna, nas séries iniciais. As memórias recobrem desde os primeiros anos da vida de estudante até quando as indígenas professoras passaram a atuar na docência. São relatos descontínuos, pois suas formações foram interrompidas pelas dificuldades de acesso à escola e por motivos pessoais, como casamento, maternidade e trabalho.

O artigo está organizado em três partes. A primeira parte tematiza a contextualização das pesquisas sobre a profissão docente a partir da perspectiva da História Cultural, na qual as narrativas, as experiências, as histórias de vida e as trajetórias se tornaram objetos importantes para a história da profissão docente. Em seguida, trata-se do percurso da pesquisa e o tipo de abordagem adotada. A segunda parte situa os Juruna no contexto da Educação Escolar indígena no Médio Xingu para apresentar os diferentes processos de formação das indígenas professoras. Primeiramente, antes da fundação da Escola Korina Juruna na TI Paquiçamba, marcado pelos deslocamentos em busca de estudo em escolas na Ilha da Fazenda e Altamira e em seguida, pelo processo escolar na escola Korina Juruna, enfocando o contexto no qual a escola foi dirigida pelas professoras missionárias do CIMI, período marcante na formação das professoras Juruna. Os resultados indicam que a profissão docente surgiu como uma oportunidade decorrente da escolarização. Por outro lado, as Juruna professoras viram no trabalho docente um modo de reafirmar a cultura e a identidade indígena.

2. História cultural e novas perspectivas para o estudo das indígenas professoras

A perspectiva da História Cultural provocou um caloroso debate intelectual no âmbito da História da Educação. A redefinição dos conceitos de história e cultura trazida por essa tendência historiográfica reorientou as pesquisas neste Campo, alinhando suas investigações no âmbito da ciência histórica. O lugar da teoria na pesquisa educacional, a definição de novos objetos e a identidade da história da educação, além de delinear um campo tenso e heterogêneo, foi caracterizado, de acordo com Monarcha (2007), por novas clivagens teóricas.

Com isso, a ampliação das fontes trazidas por essa perspectiva foi apontada por Vidal e Faria Filho (2003) como uma das inovações importante, mobilizada pelos pesquisadores a partir de então.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, p. 1-23, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.263702>

O refinamento metodológico caracterizou-se, segundo Stephanou e Bastos (2011), por uma leitura transversalizada com atenção aos conceitos de gênero, identidade, etnia e grupos sociais. Rosemberg (1992) afirma que os estudos na educação deixam de privilegiar apenas os enfoques macroscópicos ou reprodutivistas se voltando, por exemplo, para a realidade escolar intramuro. Nesta direção, a relevância da diversidade dos processos educacionais trouxe não apenas o interesse para outros sujeitos da história da educação, bem como para o aprofundamento das investigações sobre os sujeitos escolares já considerados clássicos.

No âmbito dessas discussões, o estudo sobre os professores ganhou relevo, despontando na investigação pedagógica (Nóvoa, 1992), uma vez que, como assinala Bueno (1998), muito pouco se sabia sobre os professores, pois eram vistos quase que exclusivamente através das fontes estatísticas. Em relação ao recorte de gênero, Rosemberg (1992) aponta que havia pouca definição nas pesquisas educacionais de maneira que, embora as professoras se configurassem como relevantes na educação, elas eram, conforme Almeida (1996), as grandes ausentes da educação e de sua história. Entretanto, os recortes para a vida, a carreira e o percurso profissional chamaram atenção para a história e a identidade dos sujeitos da educação. De modo que, as percepções, as representações e as práticas ganharam centralidade (Catani, 1998). Sob a perspectiva da História Cultural, as narrativas, as experiências, as histórias de vida e as trajetórias se tornaram objetos relevantes para a história da profissão docente.

Nesta perspectiva, conforme assinala Silva (2012), as vozes e as memórias se tornaram imprescindíveis tanto para compreender aspectos como o cotidiano de uma dada formação escolar, como para compreender os sentidos atribuídos ao trabalho docente e às identidades dos professores e das professoras. Neste sentido, a profissão docente e a formação escolar são importantes elementos de construção e reconstrução da identidade.

Especificamente em relação à docência indígena, o trabalho de Maher (1996) se destaca como um dos pioneiros ao focalizar formação, identidades e perspectivas de educação junto aos professores indígenas do Acre. Grupioni (2008) também discute os processos de formação de professores indígenas, em um contexto de grandes transformações de caráter normativo, tematiza as principais características e diferenças das formações conduzidas por organizações não-governamentais em relação às formações promovidas pelo Estado. O recorte de gênero nas pesquisas



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, p. 1-23, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.263702>

sobre educação escolar indígena, conforme Teixeira e Rabelo (2012), ainda é escasso, mesmo que nos estudos sobre as mulheres indígenas seja destacada a importância da educação tanto para participação política das mulheres, como para mudanças em relação às estruturas de poder internas às comunidades e aos papéis sociais femininos e masculinos. Grubits (2014), por exemplo, chama atenção para a atuação política das mulheres Terena, Kadiwéu e Guarani Kaiowá na qual a educação tem um papel importante. Já Teixeira e Rabelo (2012), ao fazerem um recorte para o gênero, destacam o quanto a escolarização, o assalariamento e a experiência associativa foram relevantes para as professoras Xacriabá.

Um aspecto que ainda se observa na literatura é que as trajetórias escolares das mulheres indígenas têm sido abordadas mais com relação ao Ensino Superior. Diante desse quadro, tornam-se relevantes e necessárias as investigações sobre as mulheres indígenas professoras desde os primeiros anos de formação escolar. Daí a importância de trabalhos como o de Ribeiro (2011), por exemplo, que se volta para as narrativas do percurso escolar de mulheres indígenas destacando os preconceitos vivenciados em escolas não indígenas em Dourados, Mato Grosso do Sul.

2.1. Sobre o Percurso da Pesquisa

Este estudo é fruto de uma pesquisa empírica em desenvolvimento no âmbito de um Projeto de Pesquisa contemplado no Edital do Programa de Apoio ao Doutor Pesquisador/ PRODoutor. A mesma se inseri na área da educação, especificamente no campo da política de formação de professores indígenas como foco nas professoras. Para a elaboração deste estudo foi realizado um levantamento bibliográfico pertinente ao tema, além de entrevistas e pesquisa documental. A política oficial para a formação de professores indígenas na área de estudo ocorre em 2009, a partir da oferta de uma turma em Magistério Indígena pela Secretária de Educação do Estado do Pará (SEDUC/PA). Entretanto, já existia em curso uma política não oficial realizada pela ação da Prelazia do Xingu e pelo Conselho Indigenista Missionário – CIMI, ambos vinculados à Igreja Católica, que envolvia trabalhos voltados para a fundação de escolas nas aldeias e tinha como principal objetivo a formação de professores indígenas. Constatação que se coaduna ao estudo de Grupioni (2008), que verificou que, nos anos de 1980 as primeiras experiências alternativas de construção de processos escolares e



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, p. 1-23, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.263702>

de formação de professores indígenas no Brasil foram conduzidas por organizações não governamentais, civis e religiosas.

Deste modo, foram consultados documentos oficiais como atas e relatórios que pudessem fornecer informações sobre a política de formação de professores. Dada ser uma política pública pontual na área estudada e com poucos documentos, a pesquisa se centrou nas entrevistas com três (03) professoras da etnia Juruna seguindo um roteiro semiaberto com perguntas pré-elaboradas. Mediante a transcrição dessas entrevistas foi possível a organização dos dados levantados. A escolha dessas professoras ocorreu pelo fato de suas formações terem ocorrido nesses contextos de políticas de formação para professores indígenas diversas, seja promovida pelo Estado, seja por meio da Igreja Católica representada pelo CIMI. No processo de análise perscrutou-se a memória das professoras indígenas tomando como objeto suas trajetórias, ações, práticas e os sentidos que atribuem as suas formações.

Valido destacar que no processo de entrevistas, optou-se pela história Oral, pois segundo Losano (1996, p.16), esta metodologia destaca e centra sua análise na visão e versão que emanam do interior e do mais profundo da experiência dos sujeitos sociais. E para Fontoura (2010), a narrativa pode se constituir em um resgate da cultura escolar e da profissão docente.

3. A educação escolar indígena e os Juruna no Médio Xingu

Os Juruna são indígenas pertencentes ao tronco linguístico Tupi e atualmente encontram-se vivendo no estado do Mato Grosso² e no estado do Pará. Neste estado, há famílias vivendo na Terra

² Segundo Fargetti e Moscardini (2012), o Parque Indígena do Xingu hoje denomina-se Terra Indígena Xingu e lá os Juruna encontram-se vivendo em sete aldeias (Tubatuba, Matxiri, Pequizal, Paqsamba, Pakayá, Pakajá e Mupadá) próximas a BR – 80 e em dois postos indígenas, o posto Diauarum e o posto Piaracu com uma população de 400 pessoas aproximadamente.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Indígena Paquiçamba³, na Aldeia e Reserva Boa Vista⁴ e há registros de famílias Juruna vivendo nas cidades⁵, bem como nas áreas ribeirinhas⁶ do Médio Xingu.

Esta área cultural é caracterizada pela presença de três troncos linguísticos, quais sejam: Tupi, Karib e Gê com povos indígenas marcados por diferentes experiências de contato. A partir da expansão do extrativismo da borracha, os Juruna foram se dispersando pelo rio Xingu. Uns foram se acomodando constituindo famílias com indígenas de outras etnias e com os seringueiros. Outros continuaram fugindo do contato com os brancos e ainda tiveram aqueles que foram viver nos igarapés do rio Iriri. Aos poucos os Juruna abandonam a morada em aldeia e passaram a viver dispersos na área conhecida como Volta Grande no rio Xingu.

Esse padrão de organização foi utilizado pelos órgãos públicos como impedimento para que os Juruna tivessem direito a uma escola que atendesse suas famílias. Mesmo com a criação da TI Paquiçamba, os Juruna continuaram sem ter acesso à educação básica, existindo toda uma geração sem estudos. Somente no ano de 2000 foi fundada uma escola na comunidade Paquiçamba, pelos missionários ligados ao CIMI e a Prelazia do Xingu (Saraiva, 2023). De modo que, para compreender a formação das Juruna como professoras, tem-se que está atento à história do grupo e sua relação com a sociedade mais ampla, principalmente em relação à luta por seus Direitos Fundamentais. Assim, tentando contornar a falta de escola, os Juruna buscavam estudar em estabelecimentos escolares situados seja às proximidades da terra indígena, seja na cidade de Altamira. Entretanto, a carência de escolas que, possibilitasse aos Juruna uma formação inicial nos estudos se constituía em um dos aspectos que caracterizava a educação voltadas para os indígenas no Médio Xingu, pois a falta de professores indígenas também era predominante.

O primeiro Curso de Magistério Indígena foi ofertado em 2009, no município de Altamira. Em 2011, os indígenas apresentaram dezenove (19) demandas para a educação escolar indígena nesta área, entre as quais reivindicavam que a formação dos professores indígenas fosse “continuada,

³ Hoje, os Juruna da TI Paquiçamba encontram-se distribuídos em seis aldeias: Paquiçamba, Miratu, Lakaricá, Yapukaká, Jaguá e Pupekuri com uma população em torno de 333 indígenas (DSEI, 2022).

⁴ aldeia Boa Vista, a Área Indígena Juruna localiza-se no Km-30 da rodovia Ernesto Acioly que liga Vitória do Xingu à Altamira e famílias desta mesma Comunidade vivendo na Reserva Indígena Boa Vista, no município de Senador José Porfírio.

⁵ Sobre os Juruna Citadinos ver Saraiva (2005) e (2008).

⁶ Ver Marinho (2019).



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

diferenciada, bilingue com a valorização das línguas indígenas” (Ata, 2011, p.11) e que fosse desenvolvida com “professores com experiência no campo da educação escolar indígena” (Ata, 2011, p.11). Em relação à formação em nível superior, os indígenas reivindicavam “um curso de Licenciatura Intercultural com propostas pedagógicas construídas junto com os Povos Indígenas” (Ata, 2011, p.11). A ampliação do curso de magistério indígena também foi observada pelos indígenas, bem como a regularização das escolas indígenas, visto que onde elas existiam ainda funcionavam como unidades de ensino anexas às escolas rurais e sem nenhuma especificidade quanto à educação diferenciada. Em 2013, Reis (2015) constatou que as políticas educacionais indigenistas para a educação básica em área indígenas em Altamira não implementavam a categoria Escola Indígena, ou seja, as reivindicações dos indígenas continuavam sendo ignoradas pelos órgãos públicos.

As primeiras contratações de indígenas professores pela Secretária de Educação de Altamira se iniciaram a partir de 2014, quando as escolas indígenas começaram a receber os indígenas egressos do curso de magistério de 2009. Mesmo com a reivindicação dos indígenas as políticas de formação seguiram lentas nos três níveis de ensino, sendo um dos fatores que marcam a trajetória das indígenas professoras da etnia Juruna nesta área do interior amazônico.

3.1. Antes da escola na aldeia Paquiçamba: “eu era uma menina grande numa turma pequena”

Sem perspectiva de estudos no interior da TI Paquiçamba, as famílias Juruna procuravam matricular os filhos na escola do povoado denominado de Ilha da Fazenda⁷. Neste povoado, existiam muitas famílias Juruna residindo, inclusive parentes de seu Manuel Juruna, liderança da comunidade. Em tal localidade, a professora Ana Alice narrou que foi morar com a avó materna e pode iniciar os estudos aos 12 anos de idade. Entretanto, lá só permaneceu por um ano, indo em seguida para Altamira. Müller (1988), por exemplo, que visitou a Volta Grande do Xingu no final

⁷ Ilha da Fazenda é um povoado que se formou entre os anos de 1950 e 1960, devido à atividade garimpeira na área da Volta Grande do Xingu. Em decorrência dessa atividade muitos indígenas se deslocaram para essa área em busca de trabalho, principalmente os Juruna. Mesmo com a atividade garimpeira não foi possível gerar melhorias nas condições de vida, de maneira que os indígenas continuaram vivendo em situações precárias tanto em relação à educação como em relação à saúde.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, p. 1-23, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.263702>

dos anos oitenta, registrou que na época existiam duas escolas: uma, localizada na Ilha da Fazenda e outra, na localidade denominada Paratizão, ambas mantidas pela Prefeitura do município de Senador José Porfírio. Segundo essa autora, tais escolas funcionavam precariamente e não tinham como atender satisfatoriamente nem os indígenas, nem os não-indígenas. A dificuldade de acesso à escola era uma realidade educacional vivenciada há décadas pelos indígenas residentes na Volta Grande do rio Xingu, sendo que a possibilidade de estudar configurava a realização de um sonho, um desejo cultivado pelas famílias Juruna.

Talvez por conta dessa precariedade, a família da Professora Ana Alice Juruna tenha feito opção por ela morar na casa de uma professora conhecida, em Altamira. Lá, em troca de seus serviços domésticos, a professora se comprometeu a matriculá-la numa escola para que, assim, Ana Alice Juruna pudesse continuar estudando.

Eu tinha muita vontade de estudar, tudo que eu queria era aprender. Já tinha 13 anos e eu fui morar com essa professora. Eu fazia a tarefa da casa dela. Acordava 4 horas da manhã para meio dia terminar todo o meu serviço. A casa, era uma casa grande, de uma família grande que morava lá! Eu não recebia nada. Meio-dia eu tinha que ir para escola. Eu estudava à tarde. Eu fiquei dois anos lá! (Entrevista, Prof. Ana Alice Juruna, 2022).

Tal sistema de trocas de favores é mencionado por Teixeira e Rabelo (2021) que, ao investigarem a realidade das mulheres Xacriabá, observam que a migração feminina é investida de mais cuidado em relação a masculina. Por isso, as mulheres Xacriabá saíam somente para estudar e trabalhar nas casas de parentes ou conhecidos. O relato de Ana Alice Juruna expõe a utilização da mão de obra indígenas feminina marcada por relações de trabalho de exploração e subjugação no espaço da cidade. Mesmo indo morar aos cuidados de uma professora conhecida de sua avó isto não significou isenção de rígidas obrigações de trabalho.

Sobre a experiência escolar na cidade de Altamira, assim Ana Alice Juruna narrou:

A experiência não foi boa. No começo, eu já com 13 anos de idade e as crianças tinham 5 e 6 anos, era meio estranho pra mim. Então, demorei muito para aprender a ler porque a gente ficava com um pouco de vergonha dos outros alunos. Eu era uma menina grande numa turma pequena. Quando tive idade para estudar à noite, estudei na Escola Deodoro de Mendonça. Trabalhava de dia e estudava à noite. Foi só força de vontade mesmo. Eu nunca tinha saído do convívio com meus pais, mas como eu tinha muita vontade de estudar arrisquei a ficar na casa de uma professora



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, p. 1-23, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.263702>

conhecida da minha avó. Depois de um tempo, fui morar com uma tia minha e estudei até o 6º ano e depois casei (Entrevista, Prof. Ana Alice Juruna, 2022).

A disparidade da idade com a série e os constrangimentos marcam a vivência de escola dessa professora que, além de viver longe da família e de sua comunidade, lidava com um ambiente escolar hostil que reforçava a visão etnocêntrica de inferioridade do indígena.

O fato de ter uma tia morando na cidade foi importante para que ela saísse da dependência de conhecidos. Entretanto, para continuar os estudos exerceu trabalhos de doméstica e babá. Na cidade, o binômio trabalho e estudo se evidencia. Dos 13 aos 17 anos, tal docente trabalhava e estudava. A oferta de serviços domésticos foi enfatizada por ela como uma vantagem, pois os trabalhos oferecidos na cidade não beneficiavam o sexo masculino. O que demonstra que somente ter a rede de apoio familiar não era suficiente, visto que os estudantes indígenas precisavam se manter na cidade. Isto levou a família de Ana Alice Juruna a adquirir um imóvel em Altamira. Mesmo com uma moradia na cidade, a família dessa docente não conseguiu manter a escolarização dos filhos homens.

Acabou que minha mãe foi para a cidade. Meu pai ficou na aldeia. Meus irmãos queriam estudar só que não puderam, não tinham facilidades. Foi mais fácil para mim porque eu era mulher e esse povo pegava as meninas e tinha aquele serviço de casa para fazer. Então, eu fui trabalhar. E os meninos não tinham como. O pessoal não os queria, porque eram homens e não tinham como fazer esses serviços (Entrevista, Prof. Ana Alice Juruna, 2022).

Manter os filhos fora da aldeia demandava muitos esforços por parte da família Juruna, pois mantê-los na cidade representava um duplo custo para a economia familiar. Sem perspectivas de trabalho no espaço urbano, os homens também ficavam sem perspectivas de estudo, retornando para comunidade, onde seriam imprescindíveis nas atividades produtivas dentro e fora da aldeia. Rosemberg (1992) aponta, ainda, outras variáveis para explicar a permanência das mulheres na escola em comparação aos homens. Para essa autora, a escola reproduz estereótipos sexuais tradicionais dicotomizados e bipolarizados, daí a importância de analisar os mecanismos escolares que tenderiam a valorizar determinados papéis relativos ao gênero que contribuiria para uma melhor adaptação das meninas à escola, em detrimento dos meninos.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, p. 1-23, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.263702>

Na Aldeia Paquiçamba, por exemplo, mesmo com a fundação da escola Korina, Saraiva (2018) observou a permanência das mulheres Juruna na escola em relação aos homens. Por conseguinte, as mulheres desempenhavam cada vez mais um papel fundamental no espaço doméstico e político na comunidade.

A trajetória escolar de Ana Alice Juruna é caracterizada exclusivamente por uma educação escolar não indígena, pois estudou na cidade⁸, em um contexto de fortes assimetrias. Essa experiência marcou sua formação como professora, assim como contribuiu para reafirmação de sua identidade indígena neste espaço.

Eu vim abraçar a educação para que o meu povo valorizasse a cultura dele, para fortalecer a identidade. Não ter vergonha de se apresentar. Conhecer a sua própria história. Eu já vinha de uma grande batalha porque eu fui para cidade eu tive que ser firme. Eu me lembro que quando eu fui tirar a foto na escola queriam que eu tirasse meus adornos e eu não eu quero sair com as minhas coisas, com os meus adornos. Isso era uma guerra todos os dias tanto para mim, como para meus filhos mais velhos que estudaram na cidade. Eu sofri junto com meus filhos. Quando eu voltei para comunidade como professora, eu voltei com esse propósito. Eu tenho que mostrar para as crianças que é assim, a gente tem que ter força. Hoje, o foco da escola é preparar as crianças para aprender a se defender em relação ao preconceito e ao racismo (Entrevista, Prof. Ana Alice Juruna, 2022).

O relato da professora Ana Alice Juruna evidencia que a trajetória escolar vivida na escola não indígena contribuiu tanto para a reafirmação da identidade indígena, como para a identidade de professora que, em sua visão, significa ter uma postura política de formação das futuras gerações.

Goodson (1995) chama atenção para a relevância do ambiente sociocultural na vida e exercício profissional do professor. No caso da professora Ana Alice Juruna, ter a sua escolaridade no ambiente da cidade, estudando com professores e alunos não indígenas, contribuiu para uma consciência política e étnica da profissão.

Entretanto, nem todas as famílias Juruna podiam arcar com a permanência das filhas na cidade. A professora Sarah Juruna, por exemplo, tem sua experiência escolar na aldeia Paquiçamba. Aos 22 anos de idade, iniciou os estudos a partir da fundação da escola Korina Juruna na sua aldeia.

⁸ A presença de indígenas nas cidades é abordada por vários autores como Cardoso de Oliveira (1968), Patrício (2000), Saraiva (2008). Em relação as mulheres indígenas Lasmar (2002) observou que a cidade não significa somente a ter a possibilidade de concorrer com os brancos pelo acesso à educação escolar, ao dinheiro, aos bens de serviço, mas reposicionar-se no sistema indígena de prestígio.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Eu me lembro que comecei a estudar grávida e levava minha filha pequena para a escola. Todos nós já tínhamos crescidos sem ter a oportunidade de estudar, porque a gente não queria sair da aldeia, os nossos pais moravam lá e a gente não queria ficar em casa de família na cidade (Prof. Sarah Juruna, Entrevista, 2022).

Mesmo grávida e depois com a filha pequena, a professora Sarah Juruna⁹ continuou os estudos. Ela enfatiza a questão do vínculo familiar e a vivência na aldeia como elementos importantes que evitaram sua migração para a cidade. A fundação da escola na aldeia, nesse sentido, fez que não somente Sarah realizasse um sonho, mas contribuiu também para a manutenção dos vínculos com o território e com o povo Juruna. Em tal escola ela pode estudar e criar os filhos, assim como coadunar os estudos com outras tarefas cotidianas na comunidade.

Já para a professora Ana Alice, no espaço da cidade, o matrimônio e a maternidade a levaram a interromper os estudos por seis anos.

Teve um tempo que minha mãe voltou para a aldeia e ficava indo e voltando. E eu já trabalhava em casa de família, ajudava a comprar as coisas. Meu pai pescava e vinha para cidade de oito em oito dias. Foi o tempo que os meninos ficaram rapazes e minha mãe ficou com medo e acabou eles indo embora para aldeia. Eu casei e continuei morando na cidade. Parei de estudar, tive logo dois filhos, um pertinho do outro. Não dava para eu estudar com duas crianças pequenas. Eu fui e parei (Entrevista, Prof. Ana Alice Juruna, 2022).

Segundo Brito (2016) não existe separação dos papéis de mulher, indígena, mãe e estudante. Esta autora aponta que a gravidez também é comum durante os processos formativos, daí a importância da escola no interior das comunidades indígenas. No caso da Professora Ana Alice Juruna, mesmo com as interrupções, ela pode ingressar no curso de magistério indígena. Neste curso, pode coadunar a maternidade e os estudos, levando a filha para as aulas, evidenciando que faz parte da educação, como ressaltam Santos (2018), o convívio da mãe com as crianças cotidianamente. Daí a professora destacar a importância de uma formação específica em nível médio, como o magistério indígena, para que ela pudesse dar prosseguimento aos estudos, conciliando os papéis de mãe e estudante.

Comecei a fazer o magistério em 2009 e terminei em 2013. O Magistério foi uma das soluções para mim, porque eu podia levar a minha menina, que era pequeninha

⁹ Esta professora faz parte de uma rede familiar extensa na TI Paquiçamba. Embora seu núcleo familiar ocupasse uma posição importante na comunidade não detinha poder político, de maneira que, talvez, o seu deslocamento poderia futuramente significar perdas para a sua família, quanto ao território e aos recursos que detinham na comunidade.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

pra sala de aula. Aí eu consegui terminar o magistério. Eu aprendi bastante com o magistério e até hoje tenho lembranças das coisas que os professores do magistério conseguiram passar para gente. Tinham professores excelentes que estavam ali para ajudar e eles passavam os conhecimentos para que no futuro a gente pudesse continuar (Entrevista, Profa. Ana Alice Juruna, 2022).

Na visão dessa docente, um curso específico voltado aos indígenas foi importante para que ela pudesse ingressar e terminar o nível médio. Aqui, ela revela um ambiente escolar de muita aprendizagem, em que os professores tinham uma postura incentivadora. O fato também de estudar numa sala multiétnica, com colegas indígenas, contribuiu para um ambiente acolhedor, reforçando a diferença entre suas experiências vivenciadas no espaço citadino.

Segundo Beltrame (2013), tal curso de magistério foi ofertado aos indígenas pela Secretaria de Educação do Estado do Pará – SEDUC, com objetivo de promover a formação em nível médio, o que também possibilitou a inclusão de indígenas que não tinham interesse em trabalhar com a docência. No caso da professora Ana Alice Juruna, esse curso de formação específica foi destacado por se tratar de um espaço acolhedor das diferenças, diferentemente de sua trajetória no ensino fundamental marcada pelo preconceito.

Para Ana Alice Juruna esse curso foi importante não apenas por lhe permitir concluir o ensino médio, mas também por lhe possibilitar o retorno à aldeia Paquiçamba como a primeira professora indígena da Escola Korina Juruna, como assinala, a seguir.

Em 2000, conseguiram colocar uma escolinha no Paquiçamba. Só que eu já estava na cidade estudando adiantada. Então, eu preferi ficar na cidade, aí eu fiz o Magistério Indígena. Quando eu estava fazendo o magistério ainda, eu vim trabalhar na minha aldeia. Com o Magistério, a comunidade fez o convite para eu voltar como professora, aí eu voltei. Assumi a escola em 2012. Eu vi a necessidade de que eu precisava me aprimorar. Foi quando eu fiz uma faculdade particular em Pedagogia. A nossa profissão precisa de novos conhecimentos, novas técnicas. Hoje eu estou fazendo uma nova faculdade para adquirir novos conhecimentos (Entrevista, Profa. Ana Alice Juruna, 2022).

O investimento pessoal e familiar é destacado na trajetória dessa docente. Situações de dificuldades, pausas na formação e a saída da aldeia em busca dos estudos foram desafios enfrentados pela professora em sua formação. Esforço que permitiu aos Juruna terem sua primeira professora indígena, o que fortaleceu a escola na comunidade e a perspectiva de educação escolar mais condizente com o grupo.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, p. 1-23, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.263702>

Por outro lado, é importante ressaltar que a escolarização possibilitou o acesso a um emprego. Oportunidade surgida com a conclusão do magistério indígena, que contribuiu para o ingresso de Ana Alice Juruna na profissão docente. Isto possibilitou novos posicionamentos dentro da comunidade¹⁰. Uma comunidade que atribui valor aos estudos e lutou por escola onde os filhos pudessem estudar. A fundação da escola na TI foi importante para a formação de novas professoras, assim como para que os Juruna ocupassem outros cargos que demandassem algum tipo de escolaridade.

3.2. Tempo de escola na aldeia Paquiçamba: “Hoje o trabalho delas se destaca nessa parte, de você se impor na verdade!”

De acordo com Grupioni (2008), a escola como instituição surge para os povos indígenas a partir do contato. Segundo esse autor, a escola esteve presente ao longo de toda a história de relacionamento dos povos indígenas com representantes do poder colonial e posteriormente do Estado-nação. Entre os Juruna, entretanto, a escola surgiu somente em 2000, a partir da iniciativa dos próprios Juruna. Neste caso, de algo imposto como afirma Grupioni (2008), a escola passou a ser reivindicada como uma demanda importante para os indígenas. Fundada pelos padres da Prelazia do Xingu e pelo CIMI, a escola veio atender a uma reivindicação antiga dos Juruna que era estudar, recebendo o nome de Korina Juruna. Antes, como apontado anteriormente, os Juruna tinham que se deslocar para escolas situadas fora da comunidade, demandando alto investimento não só financeiro, como emocional e familiar. Deste modo, a falta de escola se constituía em um dos elementos para a dispersão do grupo, comprometendo a segurança territorial de suas terras.

Acerca do que significou a fundação da escola na comunidade, professora Sarah Juruna destacou:

Era um sonho de todo mundo que tivesse aula lá na comunidade, que nossos filhos pudessem estudar. Então, para nós foi uma felicidade imensa que pudesse ter aula dentro da aldeia mesmo e que a gente pudesse acompanhar nossos filhos na aula cuidando deles” (Entrevista, profa. Sarah Juruna, 2022).

¹⁰ Mais tarde esta professora assume o papel de liderança indígena na aldeia Paquiçamba.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, p. 1-23, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.263702>

As primeiras professoras e professores da Escola Korina Juruna foram missionários ligados ao CIMI (Saraiva, 2023). A professora Sarah Juruna vivenciou esse tempo na escola e, em suas lembranças, destaca aspectos relacionados a sua formação e à atuação das professoras missionárias.

Foi com eles que eu iniciei a primeira série. Fiz a primeira e a segunda série. Eles davam todos os materiais: caderno, lápis, caneta, borracha eram professores muito bons. Foi com eles que eu aprendi a ler. Não só eu, mas os outros alunos que estudaram na época. A gente aprendeu bastante com eles. Eram professores ativos. Ficavam o mês todo na comunidade. Eles que construíram a escola e na época eu acredito que foi um dos melhores tempos de ensino que a gente teve na aldeia (Entrevista, Profa. Sarah Juruna, Entrevista, 2022).

As lembranças desse tempo de escola são permeadas pelo modo como as professoras do CIMI ministravam suas aulas. O cotidiano e a cultura são os temas lembrados em um processo de rememoração no qual se misturam sentimento de orgulho e afetuosidade, por verem suas histórias e vidas serem abordadas como temas importantes em sala de aula.

Elas ensinavam o conteúdo do MEC que era das escolas mesmo normais e elas tentavam o máximo incluir o cotidiano da gente dentro da aldeia nas aulas. Na aula de história, por exemplo, procuravam ensinar mais sobre a nossa cultura e na aula de arte, elas ensinavam também sobre a nossa cultura e sobre o nosso cotidiano (Entrevista, Profa. Sarah Juruna, 2022).

As práticas das professoras do CIMI investem os Juruna de um sentimento de orgulho de sua identidade indígena, assim como marcam a memória das professoras Juruna sobre o trabalho docente. O material didático, por exemplo, é lembrado pelo processo cuidadoso de elaboração autoral¹¹ realizado pelas professoras: “todo o material delas, elas produziam. Também as cartilhas voltadas para a nossa realidade”. O fato de as professoras missionárias transportarem a realidade vivida pelos Juruna para um suporte escrito reveste diante deles uma certa autoridade para o fato de que suas histórias são importantes para serem documentadas. E este processo de produção atribui um alto valor à escola, ao trabalho do professor (a) e aos conhecimentos ministrados no interior da escola.

Professora Rita Juruna lembra da dinâmica adotada pelas professoras do CIMI:

¹¹ Ver Saraiva (2023).



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Elas falavam muito da autonomia, a autonomia do povo Juruna. Para você ter mais autonomia do que você quer, do que você quer para si, do que você quer trabalhar em sala de aula, o assunto. Ah! Eu não quero trabalhar tal assunto. Trazer a identidade dos nossos filhos para eles reconhecerem quem eles são, a importância, né. Então, hoje o trabalho delas se destaca nessa parte de você se impor na verdade! (Entrevista, Profa. Rita, 2021).

Professora Rita Juruna lembra neste trecho das ideias de autonomia e identidade que marcam a escola missionária do CIMI e a formação das indígenas, enquanto professoras. Um trabalho que tem como prática o manuseio de saberes que busquem uma reflexão sobre si. Na escola da aldeia, as professoras missionárias também iam reforçando a importância da identidade indígena como uma prática permanente da escola.

Elas tinham muitas ferramentas, questão de depoimentos dos mais velhos. Elas pegavam muitas informações. Elas observavam e colhiam alguns materiais de história e algumas coisas sobre a cultura indígena do povo Juruna. Então, elas transformavam essas pesquisas em material, em apostilazinha pequena. Em conversas, mesmo paralelas e perguntas, então elas falavam da importância da identidade (Entrevista, Profa. Rita, 2021).

Sobre o processo de ensino adotado pelas professoras missionárias, Rita Juruna explicou:

Elas tentavam no máximo incluir o cotidiano da aldeia nas aulas. Na aula de história, por exemplo, elas procuravam ensinar mais sobre a nossa cultura. Na arte também ensinavam sobre nossa cultura. Sobre nosso cotidiano. Produziam cartilhas voltadas para a nossa realidade (Entrevista, Profa. Rita, 2021).

Tal perspectiva foi importante, segundo Rita Juruna, porque:

hoje, a gente tem mais autonomia aqui na própria escola. A gente não trabalha muito essa parte do município. A gente vai buscar essa parte para os nossos filhos. O próprio artesanato que é uma coisa que está muito forte aqui na comunidade, a pintura é muito forte aqui do povo Juruna (Entrevista, Profa. Rita, 2021).

Assim, as práticas das professoras missionárias do CIMI marcaram as memórias das professoras indígenas Rita Juruna e Sarah Juruna, fornecendo o que Goodson (1995) denomina de um “modelo funcional” e de uma “pedagogia desejável”, imprimindo uma visão de como a escola indígena deve ser, evidenciando o quanto os processos de escolarização marcaram as subjetividades das professoras Juruna. Moita (1995, p. 114) define que a formação é “tomada não só como uma



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, p. 1-23, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>
<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.263702>

atividade de aprendizagem situada em tempos e espaços limitados e precisos”, mas também como a ação vital de construção de si próprio.

Tanto a professora Sarah Juruna, como a professora Rita Juruna não fizeram o magistério indígena, finalizaram o ensino médio na modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos na aldeia Juruna Muratu, na TI Paquiçamba. Este curso foi oferecido por uma instituição particular arcando as famílias Juruna por esse custo. Isso demonstra os descompassos das políticas públicas para a formação dos professores indígenas. Daí Menezes, Faustino e Novak (2021), ressaltarem que a formação de professores indígenas requer urgência tanto financeira como pedagógica. Mesmo sem a formação no magistério indígena, isso não impediu que tais professoras criassem identificação com a profissão, pois a continuidade da formação na área da educação fortalece a carreira escolhida e o vínculo com a profissão docente. No caso, todas as três professoras conseguiram se graduar em Pedagogia como se pode observar no Quadro 1, a seguir:

QUADRO 1: Perfis das professoras da etnia juruna

Entrevistas	Idade que ingressou nos estudos – Local	Formação em nível médio	Formação Atual	Vínculo de emprego atual
Ana Alice Juruna	12 anos- Ilha da Fazenda	Magistério Indígena	Pedagoga em Faculdade Particular	Contrato temporário
Sarah Juruna	22 anos - Escola Korina	EJA – Educação de Jovens e Adultos	Pedagoga em Faculdade Particular	Contrato Temporário
Rita Juruna	06 anos - Ilha da Fazenda	EJA – Educação de Jovens e Adultos	Pedagoga em Faculdade Particular	Contrato Temporário

Fonte: pesquisa de campo, 2022

As diferentes trajetórias de formação revelam especificidades não apenas de formação, mas do tempo e do lugar onde elas ocorreram. O fato de a professora Ana Alice Juruna ter ido morar na cidade para estudar lhe propiciou oportunidade de ingresso no primeiro curso específico de formação para professores indígenas, o Magistério Indígena, no Médio Xingu. Uma formação que é ofertada na cidade e não nas aldeias.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, p. 1-23, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.263702>

Por sua vez, as professoras Sarah Juruna e Rita Juruna recorreram a outras possibilidades formativas, cursando o ensino médio na modalidade EJA na comunidade. O fato dessas professoras não terem cursado o magistério indígena não as impediu de ingressarem na profissão docente¹². Como observaram Teixeira e Gomes (2012) em relação as professoras Xacriabá, a escolarização constitui um pré-requisito para a escolha dos profissionais. Aquelas que tem algum tipo de escolarização acabam sendo escolhidas pela comunidade para ocupar cargos geralmente na área de educação ou saúde. Considerando que os indígenas do Médio Xingu¹³ ainda têm grande carência na formação em nível médio, o esforço pessoal das mulheres Juruna foi importante para que, como professoras, consolidassem a escola na comunidade, garantindo o direito dos Juruna à Educação, pelo menos em nível fundamental.

Outro aspecto a ser ressaltado se refere ao fato de o vínculo empregatício ser marcado pelo contrato¹⁴, demonstrando a carência de concurso público específico para a contratação de docentes indígenas no Médio Xingu. A falta de estabilidade no emprego também contribui para o não fortalecimento dos professores indígenas comprometendo, inclusive, a construção de organizações associativas preocupadas com as pautas exclusivamente voltadas à carreira docente e à educação. Com isso, as relações de trabalho dominadas pelos contratos criam um ambiente de trabalho caracterizado pelo clientelismo e pela passividade.

Ao mesmo tempo, os Juruna continuam a enfrentar desafios em relação ao acesso à educação em sua Terra Indígena. A carência do Ensino Médio nas comunidades gera uma dependência de professores não indígenas e de um sistema de ensino modular, de modo que, muitas vezes, os estudantes Juruna ainda buscam escolas fora da aldeia, seja na cidade, seja em localidades mais próximas da TI. Circunstância que se assemelha à situação vivenciada no passado. Só que desta vez envolvendo estudantes indígenas que buscam o ensino médio.

¹² Com o surgimento de novas aldeias no interior da TI Paquiçamba, foram demandadas novas escolas e consequentemente novos professores indígenas.

¹³ Até o momento, os Juruna da TI Paquiçamba não têm a oferta do ensino médio, o que leva os jovens a se deslocarem para Altamira e outras localidades rurais em busca de continuar os estudos.

¹⁴ Grupioni (2008) registrou que, no decorrer nos anos de 1990, vingou a tese de que os Estados deveriam criar a carreira de magistério indígena e promover concursos públicos diferenciados. Ainda segundo este autor, porém, poucos realizaram esses concursos. Assim, boa parte do professorado indígena permanece sendo remunerada por meio de contratos administrativos provisórios e renováveis a cada ano. As propostas dos anos finais de 1980 e início de 1990 de a que os professores deveriam ser pagos pelas suas comunidades não foram para frente segundo este autor.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Em relação à formação em nível superior a situação é ainda mais difícil. As três professoras Juruna se graduaram em faculdades particulares. Ou seja, o investimento pessoal e familiar permaneceu, isto porque as políticas públicas não chegam efetivamente às comunidades. Assim, conforme Storch e Tamboril (2021 p. 1), “embora as legislações brasileiras garantam aos povos indígenas uma formação docente específica, diferenciada, bilingue e intercultural, na prática, esses direitos nem sempre se efetivam”, trazendo “muito prejuízo para o desenvolvimento dos processos educacionais e formativos destinados a eles”. No caso da realidade educacional indígena no Médio Xingu, as políticas públicas nacionais para a formação em nível superior fazem pouco eco, daí as professoras Juruna, por exemplo, buscarem formação em instituições de ensino privadas.

4. Considerações Finais

Observa-se nas memórias das professoras Juruna modos diversos de narrar e lembrar. As que tiveram contato com a educação na aldeia lembram com detalhes e afeto do tempo de escola. Enquanto a experiência narrada no contexto da cidade se apresenta de modo difusa, fragmentada e dolorosa. Por outro lado, as memórias se unem no contexto da escola Korina Juruna, no qual essas diferentes vivências se encontram e se constroem.

As experiências escolares vividas pelas professoras Juruna seja na cidade, seja aldeia, evidenciam o fortalecimento da identidade Juruna que tem no trabalho docente seu principal objetivo. Em relação à legislação vigente sobre a política de formação de professores e à realidade local do Médio Xingu, observa-se uma discrepância, existindo pouco interesse político por parte dos órgãos públicos em efetivar de modo contínuo a formação dos professores indígenas, privilegiando cursos de formação pontuais e com um demorado processo de oferta de novas turmas.

Tudo isso cria entraves não apenas na formação de professores, mas na formação de outros profissionais. As políticas públicas voltadas à educação escolar indígena não têm criado mudanças efetivas no campo da educação escolar indígena na área do Médio Xingu, comprometendo toda uma nova geração de indígenas no que diz respeito à formação e construção da autonomia dos Povos Indígenas.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, p. 1-23, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.263702>

5. Referências

- ALMEIDA, Jane S. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: editora UNESP, 1998.
- ATA. Primeiro Encontro de Educação Escolar Indígena do Médio Xingu, Altamira, 2011.
- BELTRAME, Camila. **Etnografia de uma escola Xikrin**. 2013. 166 f. Dissertação (Pós-Graduação em Antropologia Social) Universidade Federal de São Carlos, 2013.
- BRITO, Patrícia. **Indígena-Mulher-Mãe-Universitária: o estar-sendo estudante na UFRGS**. 2016. 127f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.
- BUENO, Belmira O. Pesquisa em colaboração na formação contínua de professores. In: BUENO, Belmira O; CATANI, Denise B; SOUSA Cynthia P. (Org.). **A vida e o ofício dos professores: formação contínua, autobiografia e pesquisa em colaboração**. São Paulo: Escrituras, 1998, p.7-20.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, UnB, 1976.
- CATANI, Denice. Prefácio. In: MORAES D; LUGLI, R. (Org.). **Docência, pesquisa e aprendizagem: (auto) biografias como espaços de formação\investigação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010, p.7-9.
- CATANI, Denise B. Práticas de formação e ofício docente. In: BUENO, Belmira O; CATANI, Denise B; SOUSA Cynthia P. (Org.). **A vida e o ofício dos professores: formação contínua, autobiografia e pesquisa em colaboração**. São Paulo: Escrituras, 1998, p. 21- 29.
- FONSECA, Mary Gonçalves. **Currículo e construção da identidade Karipuna na aldeia Manga, Amapá**. 2019 176f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, 2019.
- FONTOURA, Helena. Narrativas de um grupo em constante caminhar: quando contamos nossas histórias de aprendizagem. In: MORAES D; LUGLI, R (Orgs). **Docência, pesquisa e aprendizagem: (auto) biografias como espaços de formação\investigação**. São Paulo: cultura acadêmica, 2010, p. 89-110.
- GOODSON, Ivor. Dar voz ao professor: Histórias de vida dos professores e o desenvolvimento profissional. In: NÓVOA, António (Org.) **Vidas de professores**. Editora Porto: Portugal, 1995, p.63-79.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, p. 1-23, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.263702>

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Olhar longe, porque o futuro é longe**: cultura, escola e professores indígenas no Brasil. 2008 219f. Tese. (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, 2008.

LOSANO, Jorge. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, M; AMADO, J (Orgs.). **Usos e abusos da história Oral**. Editora: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 15-25.

MAHER, Terezinha de Jesus M. **Ser professor sendo índio**: questões de linguagem e identidade. 1996 261f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, 1996.

MARINHO, José A. Magalhães. **As Lutas Camponesas e o Cercamento do Médio do rio Xingu (PA)**: A Construção da Hidrelétrica Belo Monte. 2019 291f. Tese (Doutorado em Ciências - Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, 2019.

MENEZES, Maria; Menezes, Faustino e Novak, Maria. Formação inicial de professores indígenas: ações desenvolvidas no estado do Paraná. **Revista Ibero-Americano de Estudos em Educação**, Araraquara, v.16, n. especial, p. 910-925, 2021.

MOITA, Maria da Conceição. Percursos de formação e de transformação. In: NÓVOA, António (Org.) **Vidas de professores**. Editora Porto: Portugal, 1995, p.11-30.

MONARCHA, Carlos. História da educação (Brasileira): formação do campo, tendências e vertentes investigativas. *História da Educação*, ASPEHE/FAE/EFPEl, Pelotas, n. 21, 2007, p.57-77.

MULLER, Regina. Estudo de Viabilidade – UHE Kararaô. **Antropologia Indígena**, v. 1, Brasília, 1988.

NORTE ENERGIA, Ata (1Encontro de Educação Escolar Indígena do Médio Xingu), 2011.

NÓVOA, António. O processo histórico de profissionalização do professorado. In: NÓVOA, António. (Org.). **Profissão professor**. Porto: editora Porto, 1992, p. 15-33.

REIS, Neila. Política Educacional Indigenista: suas implicações no Xingu. **Educere**, Cascavel, 2015, p.549-561.

RIBEIRO, Sandra Teixeira. **Narrativas de professoras indígenas**: reconstruindo histórias de Identidade e Preconceitos. 2011. 134f. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal da Grande Dourados), 2011.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, p. 1-23, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.263702>

ROSEMBERG, Fúlvia; AMADO, Tina. Mulheres na escola. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.80, p. 62-74, 1992.

SANTOS, N. M. **As trajetórias das mulheres intelectuais indígenas no Ensino Superior: experiências das Kaiowá e Guarani na Licenciatura Intercultural- Teko-Arandu UFGD**, 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal da Grande Dourados, 2018.

SARAIVA, Marcia Pires. **Identidade multifacetada: a reconstrução do ser indígena entre os Juruna do médio Xingu**. NAEA: Belém, 2008.

SARAIVA, Marcia Pires. **Vai dá muito trabalho! Cultura escolar, História e Educação (ões) entre os Juruna da TI Paquiçamba, Xingu- Pará (1994-2014)**. 2023. Tese. 331f (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, 2023.

SILVA, Vivian B. Experiências, interpretações, compreensões e, quem sabe, reinvenções: notas sobre os sentidos dos textos das professoras. In: NACARATO, Adair M; GRANDO, Célia; SILVA, Vivian B. (Org.). **Nos bastidores de uma escola pública: tecendo vozes dos atores...revelando cenas, produzindo olhares**. Campinas: São Paulo: Mercado de Letras, 2012, p.317-342.

STEPHANOV, Maria H; BASTOS, Maria H. História, memória e história da educação. In _____. **Histórias e memórias de educação no Brasil**. vol III, século XX, Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2011, p. 416-429.

STORCH, Cleude; TAMBORIL, Maria Ivonete. Políticas de Formação e Carreira Docente Indígena em contexto Amazônico. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2021, v.1, p 1-13.

TEIXEIRA, Vale; ISIS, Aline; RABELO, Ana Maria. A escola indígena tem gênero? Explorações a partir da vida das mulheres e professoras Xacriabá. *Práxis Educativa (Brasil)*, v. 7, p. 55-83, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/894/89425835004.pdf>. Cesso em 20 de jun. 2024.

VIDAL, Diana; FARIA FILHO, Luciano; PAULILO, André. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na História da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p.139-159, 2004.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, p. 1-23, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.263702>

Recebido em 19 de julho de 2024.

Aprovado em 05 de maio de 2025.



Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Revista Tópicos Educacionais, Pernambuco, v. 31, n. 1, p. 1-23, 2025. Universidade Federal de Pernambuco. ISSN: 2448-0215.

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/index>

<https://doi.org/10.51359/2448-0215.2025.263702>